

A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES CULTURAIS NA ÁFRICA SUBSARIANA

*António Custódio Gonçalves**

Resumo: As dinâmicas das identidades e das alteridades culturais na África subsariana, que marcaram profundamente as diferentes sociedades, são analisadas numa perspectiva histórica de longa duração como processos e como estratégias sociais, culturais e simbólicas, em contraponto com as perspectivas essencialistas e nacionalistas, sob a bandeira de pretensas "autenticidades" ou de diversos nativismos ligados a "neo-negrismos" e neo-fundamentalismos.

Analisam-se duas lógicas da construção das identidades culturais: por um lado, a lógica dos sistemas, com o objectivo de assegurar convergências, arranjos políticos, numa perspectiva de integração/adaptação e numa visão essencialista; e, por outro lado, a lógica dos actores sociais, ligada à inovação e à produção de sentido, numa visão construcionista, com o objectivo de cooperação, o que supõe a partilha de conhecimentos, de saberes, de projectos em que cada um está implicado e que gera solidariedades, numa conjugação entre identidades culturais e sociedade civil.

1. AMBIVALENCIA ÉTNICA E AMBIGUIDADE DO ESTADO: PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO

1.1. Os conceitos de tribalismo e etnicidade cristalizaram, e ainda hoje, a percepção de diversidade cultural, ao mesmo tempo que se pretende rentabilizá-los politicamente para a minimização dos conflitos sociais e políticos. As democracias modernas foram construídas através da conquista, por meio de um processo de guerras e reivindicações, pela autonomia do indivíduo em relação à lógica da estruturação racional da sociedade. Este movimento fundamental da luta pela democracia constituiu-se através do reconhecimento da liberdade de opinião e de imprensa, do direito de associação e do direito dos partidos políticos e, finalmente, da definição dos direitos do Homem.

O discurso social acerca da noção de etnia é o discurso das bases sociais, a partir das quais se elaboram e se fundamentam as estratégias individuais e colectivas da conquista pelo poder. O discurso sobre o enquistamento das identidades nacionais caracterizou os fundamentos das ideologias fascistas. A ausência do neo-colonialismo hegemónico português provocou uma luta aberta entre vários neo-colonialismos que levou Angola e Moçambique a uma guerra longa e devastadora. No pós-guerra, o colonialismo português, isolado ideologicamente, manteve-se porque, como país semi-periférico, garantiu aos países do centro o acesso à exploração dos recursos naturais das colónias, conservando uma vasta região de África sob controlo político pro-ocidental, fora do confronto este-oeste e servindo de escudo à África do Sul. Em África, a independência dos cinco países de língua oficial portuguesa teve lugar no decurso das grandes transformações na sociedade portuguesa com a revolução do 25 de Abril. Estes dois fenómenos ficaram para sempre associados, na medida em que a guerra colonial, a luta dos movimentos de libertação contra o colonialismo, os apoios obtidos entre as elites culturais políticas e militares portuguesas, a par do isolamento internacional de Portugal, foram decisivos para a eclosão da revolução e para a transição democrática.

A estruturação local da "questão étnica" e das suas representações resulta das sequelas duma delimitação colonial absurda que afectou os equilíbrios demográficos e culturais locais. As populações Bakongo, por exemplo, estão hoje divididas entre Angola, o Congo-Kinshasa e o Congo-Brazzaville.

Quanto às problemáticas relacionadas com o Estado convém, desde já, sublinhar o carácter relativo dos diversos tipos de explicação sobre a formação do Estado, isto é de um aparelho centralizado e hierarquizado dominando o conjunto dum território. O que interessa, a meu ver, é analisar as formas e o funcionamento do Estado, e já não a questão da sua formação.

* Faculdade de Letras e Centro de Estudos Africanos - Universidade do Porto

O Estado é fundamentalmente uma entidade ambígua. Para além de factores ecológicos, económicos, tecnológicos e sociológicos, é necessário ter em conta os factores religiosos e ideológicos. O poder do Estado, sobretudo nas suas formas mais arcaicas, apoia-se no poder mágico e/ou religioso, confundindo-se com o mesmo. Os factores mágicos e/ou religiosos, tais como a complexidade dos rituais e os elementos simbólicos e ideológicos, a sacralização do soberano, os ritos de entronização, os interditos ligados à pessoa do soberano, a associação às forças cósmicas e aos poderes sobrenaturais, entre outros, são reguladores de um excesso de poder no interior da sociedade. Assim se explica a dominação de um grupo minoritário que se apresenta como uma racionalidade transcendente e como um núcleo permanente de acumulação do poder.

1.2. Citarei alguns exemplos que me parecem paradigmáticos da ambivalência étnica e da ambiguidade do Estado

1. Ruanda e Burundi. Tem sido característica dominante o enquistamento étnico de uma classe política, de uma elite social, que se bipolarizou segundo uma linha de afrontamento, quer de auto-defesa Tutsi, quer de reviravolta Hutu, e que, dividida segundo pertenças étnicas ou territoriais, criou as políticas do clientelismo. Os grupos Tutsis, tidos como hamitas, pastores do Norte, e os grupos Hutus, agricultores bantus, não sendo etnias propriamente ditas, caracterizadas geográfica, linguística e historicamente, conduziram, no entanto, a políticas de exclusão, fomentadas pelos regimes coloniais alemão e belga. Os Tutsis, que representavam cerca de um décimo da população, eram os dominadores; os seus quadros eram formados pelas escolas coloniais que apresentavam a imagem do Tutsi instruído, bem vestido, oposto ao Hutu, analfabeto e mal vestido. Explorava-se, assim, o mito das origens egípcias e da dita superioridade hamítica para justificar o poder da aristocracia Tutsi ruandesa. Em 1972, a tomada do poder político pela maioria Hutu, no Burundi, provocou represálias violentas da parte das minorias dirigentes Tutsis e em seguida a maioria dirigente Hutu do Ruanda desencadeou uma espiral de violência étnica contra os Tutsis e os Burundis. E os factos vão-se repetindo, embora noutros contextos e com outras acentuações.

2. Congo-Brazzaville. A política étnica foi associada, de forma recorrente, às rivalidades entre os três povos: os Mbochi, ao Norte, os Bakongo, ao Sul no eixo Brazzaville - Ponta Negra e no Sudoeste Atlântico, e os Teke dos planaltos. A colonização, com as divisões territoriais artificiais, acentuou a conflitualidade geo-étnica e o clientelismo dicotómico das identidades culturais, opondo o Norte menos desenvolvido e dominado ao Sul mais desenvolvido e dominador. Após a independência, as lutas pelo poder sucedem-se em termos de equilíbrio ou de alternância da conquista pelo poder entre Norte e Sul.

3. Angola. Os principais movimentos de libertação são os seguintes: o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), de etnia Mbundo e língua Quimundo dominante em Luanda, Kwanza-Norte, Malange e regiões adjacentes; a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), de etnia Bakongo e língua Kikongo, dominante no Norte; e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) de etnia Ovimbundo e língua Umbundo, maioritária no planalto central e no Sul. Nas vésperas da independência, consumou-se a tripolarização, pela competição violenta entre estes três movimentos de libertação recrutados com base étnica ou regional: os Mbundo, os Bakongo e os Ovimbundo, culminando nas convulsões étnicas em 1975 antes da independência. A chegada do MPLA ao poder coincide com o afastamento dos Bakongo e dos Ovimbundo. Consolidava-se, assim, o confronto entre a corrente da "revolução" e das elites intelectuais e a corrente tribalista.

2. A GESTÃO POLÍTICA DA HETEROGENEIDADE ÉTNICA E CULTURAL

As identidades culturais não são rígidas nem imutáveis: são sempre processos de identificação em curso e constituem uma sucessão de configurações e representações que, de época para época, dão corpo e vida a tais identidades. A cultura é uma auto-criação: são "significantes flutuantes", ou categorias de análise da realidade social em mutação.

Todos os sistemas de dominação em África exploraram e manipularam as pertenças étnicas, interiorizando os estereótipos da etnologia colonial. A questão étnica aparece de forma quase obsessional nos debates sobre a África contemporânea. As referências étnicas não se reduzem a mapas de identidade de origem colonial. Elas intervêm nos jogos políticos actuais.

Importa reflectir sobre o papel das instituições do Estado e o papel da sociedade civil na construção da liberalização política e da cultura democrática. Nesta reflexão, duas questões parecem-me fundamentais. A primeira

está relacionada com a construção da democracia: como levar a democracia ao desenvolvimento económico? A democracia é, sem dúvida, um conceito polémico. Não se trata necessariamente de formas de democracia liberal, de matriz ocidental. A este propósito, haverá que distinguir entre países como o Botswana e a África do Sul, onde formas de democracia liberal se estão a desenvolver, e países como Angola, Nigéria e Gabão, ricos em petróleo e minerais, que poderão resistir à democratização. A segunda questão refere-se ao papel das “estratégias identitárias” nos projectos colectivos dos processos pró-democráticos: como promover novas sociabilidades associadas à permeabilidade de diferentes culturas e etnias? Creio que a resposta deve encontrar-se no reforço das solidariedades horizontais, enriquecendo as componentes da sociedade civil. Assim, torna-se necessária a dissociação das identidades étnicas em relação ao poder político. A democracia exige que as fronteiras dos grupos étnicos sejam, o mais possível, fluidas; caso contrário, poderá surgir o perigo do etno-nacionalismo. Quanto mais centralizada for a definição de pertença de um grupo étnico, menos esse grupo étnico se tornará democrático. O etno-nacionalismo surge assim como um instrumento nas mãos de elites intelectuais e dos Estados.

O surto do desenvolvimento urbano das cidades em África mostra a emergência de uma nova lógica. Nos próximos vinte anos, metade da população, segundo as estatísticas, viverá nas cidades que, por natureza, são pluri-étnicas, o que provocará uma redução da expressão política da etnicidade.

Há que distinguir, por um lado, entre “grupos pequenos”, em que não há, em princípio, competição pelo poder político e, frequentemente, aceitam a legitimidade do Estado e o respeito pelos outros grupos, e que revelam os diferentes níveis da democracia na mesma sociedade; e, por outro lado, os “grupos grandes” que são manipulados pelos poderes políticos e culturais. Trata-se de grupos com poderes únicos, com lógicas e ambições hegemónicas, em que é evidente a ausência de espaço público de informação e de comunicação ou dotados de informações duplas e parciais, bem como a inexistência de embriões de sociedade civil autónoma.

A este propósito, são paradigmáticos os casos do MPLA e da UNITA que continuam, hoje mais do que ontem, a consolidar as lógicas da guerra com todas as consequências mais dramáticas que conhecemos, e a explorar as contradições das lutas hegemónicas pelo poder económico, político e étnico.

Nos países onde os governos se recusam a reconhecer os direitos dos cidadãos, geram-se movimentos sociais e populares como formas de resistência aos poderes hegemónicos, criando novas formas de democracia, nascidas do interior e não impostas de fora. Nestas condições, o agravamento da crise social é inevitável, provocando retornos e enquistamentos identitários e, conseqüentemente, a decomposição do Estado.

O pluralismo estabilizado parece ser condição necessária, embora não suficiente, da democracia e da reconstrução do Estado.

3. NOVAS SOLIDARIEDADES SOCIAIS E IDENTIDADES CULTURAIS

Na África subsariana emergem e desenvolvem-se novos grupos e movimentos regionais, religiosos, étnicos, linguísticos, estudos do género, de estilos de vida e movimentos pelos direitos humanos, pela paz, pelas práticas anti-nucleares e ecológicas e por políticas integradas do ambiente e do desenvolvimento. Estes movimentos constituem a afirmação de novas solidariedades sociais e a confirmação de identidades culturais sob a forma de identidades comunitárias de tipo religioso, étnico, regional ou outro.

Três estratégias fundamentais parecem explicar o aparecimento e o desenvolvimento destas solidariedades:

A primeira consiste na mudança de paradigmas operada no domínio das ciências sociais e humanas em relação aos PALOP: do predomínio do eurocentrismo, exógeno, na ciência, no ensino, nos projectos de investigação passou-se à implementação de modelos de cooperação, de participação e de co-produção com características dominantes do desenvolvimento endógeno.

A segunda refere-se às novas dinâmicas sociais e culturais: a conjunção da globalização e dos particularismos e das especificidades próprias de cada cultura. A globalização traduz-se por uma destruição dos sistemas de controlo da actividade económica: sistemas políticos, culturais, legais e sociais que conduzem à desagregação das instituições. A globalização leva ao triunfo do individualismo nas suas formas mais diversas e contraditórias: mundo globalizado e individualizado em que se agudizam as rupturas sociais. Ao contrário dos finais do século XIX, em que eram fundamentais os desafios às mudanças sociais, hoje somos confrontados com os grandes desafios das mudanças culturais: problemas de cultura, da personalidade e da individualidade. Trata-se de rupturas das pertenças tradicionais e das identidades institucionais sociais e culturais, associadas à maximização do individualismo e da individuação.

Esta globalização e este individualismo colocam novas questões à gestão da democracia, ou seja, uma gestão tanto mais ampla quanto possível da diversidade, do reconhecimento dos outros, da alteridade, numa comunidade de leis e de orientações culturais.

A terceira associa-se à conjugação entre a reflexão e a acção, sem fundamentalismos nem profecias negativistas. São processos de modernização que não devem minimizar as dinâmicas pessoais, processos esses muitas vezes subvertidos pela subjugação das identidades culturais às leis do mercado. Um dos papéis fundamentais das Ciências Sociais e Humanas é não só o de produzir um saber-fazer, mas também o de contribuir para um saber-viver juntos. São novas configurações das solidariedades na luta enérgica contra fenómenos de racismo e xenofobia. Os desafios do novo milénio são comuns e, por isso, devem ser analisados em conjunto. A lusofonia deve também constituir uma rede de solidariedades na luta sem tréguas contra a exclusão, o racismo e a xenofobia.

A centralidade das estratégias culturais revela-se decisiva na convocação dos fenómenos globais, regionais e locais. Para minimizar os efeitos perversos da globalização, torna-se urgente, a meu ver, problematizar a maximização das políticas económicas dirigidas por instituições tecnocratas e repensar a adequação da racionalidade económica e da inovação tecnológica com a criatividade dos valores culturais autóctones.

Importa, pois, distinguir duas lógicas de globalização: uma que consiste na erradicação das diferenças culturais; a outra que se associa à tolerância daquelas e à oposição ao reconhecimento político e institucional da alteridade colectiva.

Nesta perspectiva, parecem relevantes e decisivas as questões sobre os diferentes modos de construção das democracias e sobre novas políticas de desenvolvimento. Assim, três desafios revelam-se importantes: 1º a análise do abandono das zonas rurais e a fuga para as cidades, criando políticas de desenvolvimento assimétrico; 2º a construção da cidadania que assegure autonomia, o respeito e a diferença perante fenómenos avassaladores da burocratização e das indústrias culturais e mediáticas que podem coarctar os direitos fundamentais e os princípios de igualdade; 3º o esforço constante de inovação e de criatividade analítica pluridisciplinar no estudo das culturas nacionais, locais e étnicas.